

TCE define datas para apreciação das contas de Wilson Lima e David Almeida

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM) definiram para o dia 6 de dezembro o julgamento das contas do governador do Amazonas, Wilson Lima, de relatoria da conselheira Yara Lins dos Santos, e o dia 13 de dezembro para o julgamento das contas do prefeito de Manaus, David Almeida, de relatoria do conselheiro Júlio Pinheiro, ambas

referentes ao exercício de 2021 de ambas as gestões. A definição da data foi anunciada durante a 42ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada ontem. Ao todo foram apreciados 117 processos durante a sessão de ontem, sendo 33 recursos; 31 prestações de contas anuais; 26 embargos de declaração; 19 representações; duas denúncias, além de uma fiscalização de atos

de gestão. Também durante a sessão, os conselheiros da Corte de Contas amazonense julgaram irregulares as contas de 2021 do Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira, com aplicação de R\$ 25 mil em multas para o responsável Júlio Chagas de Pinto Mattos. A multa é proveniente de impropriedades detectadas na organização administrativa, nas contribuições, benefícios e nas compensações previdenciárias, principalmente com a falta de transparência administrativa.



Política

contato@d24am.com, redacao@diarioam.com.br siga-nos  twitter.com/portald24am  facebook.com/D24am DiarioDoAmazonas.com.br

ANÚNCIO

ALCKMIN REVELA NOVOS NOMES PARA TRANSIÇÃO

Gestão A 40 dias da posse, o vice-presidente eleito assegurou não haver pressa para o anúncio de futuros ministros. Ele assegurou ainda que os nomes do grupo da Defesa serão anunciados até quinta

Atividades Os grupos devem entregar, até 30 de novembro, um diagnóstico preliminar, com alertas dos órgãos de controle

Valter Campanato/ABR

Agência Brasil
redacao@diarioam.com.br

Manaus

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, comparou o processo de transição entre os governos Bolsonaro e Lula a uma corrida de revezamento. "Isso aqui é uma continuidade, uma corrida de revezamento. Um vai passando o bastão para o outro", disse Alckmin ao anunciar, ontem, em Brasília, os nomes de deputados federais e senadores que vão compor os grupos técnicos temáticos responsáveis por discutir o que Al-

ckmin classificou como os "temas mais relevantes do ponto de vista jurídico e orçamentário" para a gestão federal.

Faltando 40 dias para a posse de Lula e Alckmin, o vice-presidente eleito assegurou não haver pressa para o anúncio dos futuros ministros. Segundo ele, a prioridade, no momento, é "resolver" o orçamento de 2023. Coordenador técnico do gabinete de transição, o ex-ministro Aloizio Mercadante complementou a fala de Alckmin afirmando que a equipe do futuro governo estuda reincluir a exigência de uma revisão periódica do teto de gastos na chamada Propos-

ta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição.

"Havia, na Emenda Constitucional nº 95, um dispositivo (prevendo) uma revisão do teto em 2026. Por ocasião da votação da PEC dos Precatórios (em 2021), esse dispositivo foi retirado pela equipe do atual governo, que postergou (a revisão do limite) para o futuro. O que agora está sendo discutido é a possibilidade de reinserção, por meio de Lei Complementar, de um dispositivo de revisão do Teto de Gastos, com data, forma e prazos", comentou Mercadante, assegurando que a decisão final será anunciada em breve.

Já Alckmin assegurou que os nomes dos integrantes do grupo técnico da Defesa devem ser anunciados até, no máximo, a próxima quinta-feira, 24. Segundo o vice-presidente eleito, o grupo de trabalho será composto por civis e militares da Aeronáutica, Exército e Marinha. "Já temos um esboço com os nomes e vamos anunciar o grupo da Defesa no máximo quinta-feira", disse Alckmin, atribuindo à Defesa um papel "estratégico, extremamente relevante".

O Gabinete de Transição de governo é composto por 31 grupos técnicos. Temáticos, cada grupo produzirá um rela-

tório final contendo um diagnóstico da respectiva área. O documento deverá conter informações sobre o funcionamento e a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, identificando riscos e apontando aspectos sensíveis da gestão que mereçam ser apurados pelos órgãos de controle.

Os grupos devem entregar, até 30 de novembro, um diagnóstico preliminar, com alertas dos órgãos de controle, uma análise da estrutura de cada área e uma lista preliminar com sugestões de atos normativos que devem ser revogados a partir de janeiro de 2023.